

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.033 - MT (2019/0228037-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ARY DA COSTA CAMPOS
ADVOGADO : ARY DA COSTA CAMPOS - MT016944B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : GABRIEL VIEIRA DA COSTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS ANTERIORMENTE IMPOSTAS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO. PARECER ACOLHIDO.

Ordem denegada.

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso no HC n. 1008079-07.2019.8.11.0000, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva (sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares) decretada contra **Gabriel Vieira da Costa** no Processo n. 0000076-87.2016.811.0064, da 1ª Vara Criminal da comarca de Rondonópolis/MT, ao argumento, em suma, de que não houve descumprimento das condições impostas por ocasião da anterior concessão de liberdade provisória.

Nesta Corte, pede-se a revogação da custódia cautelar do acusado, tendo em vista a suposta inexistência de fundamentação idônea na decisão que a decretou.

Requer-se, assim, a revogação do decreto prisional para que o paciente possa responder ao processo em liberdade ou a imposição de medidas cautelares alternativas à prisão.

A liminar foi indeferida (fls. 111/112).

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas (fls. 117/119).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não

Superior Tribunal de Justiça

conhecimento do *mandamus* e, caso conhecido, pela denegação da ordem (fl. 124).

Após consulta realizada no portal da Corte estadual na internet em 9/10/2019, foi possível observar que a instrução processual foi encerrada, determinando-se a intimação da defesa para a apresentação de memoriais.

É o relatório.

Colhe-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, e art. 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006, e art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003. Em 11/12/2015, o Juízo processante, por vislumbrar ausentes os requisitos legais, concedeu liberdade provisória ao acusado, com os seguintes fundamentos:

[...]

Ante o contexto apresentado, CONVERTO a prisão em flagrante de AISLAN ALEF VIEIRA NETO em PRISÃO PREVENTIVA, com fundamento no art. 310, inc. II, c/c o art. 311 e 312, todos da Lei Formal Penal.

Por outro lado, idêntico raciocínio não se aplica à GABRIEL VIEIRA DA COSTA, CASSIO BISPO DA SILVA SANTOS e ANDERSON ANTÔNIO FERNANDES FEITOSA que, não obstante tenham sido presos nas mesmas condições que AISLAN, ao contrário dele, não estavam em liberdade provisória e eram apenas visitantes na residência onde se deu a ação policial (casa de AISLAN).

Dessarte, partindo da premissa que a gravidade abstrata dos crimes de tráfico e de porte de armas e munições, por si só, não autoriza a conversão da prisão em flagrante em preventiva, constatando que no feito não há evidência de que a liberdade dos referidos conduzidos (GABRIEL VIEIRA DA COSTA, CASSIO BISPO DA SILVA SANTOS e ANDERSON ANTÔNIO FERNANDES FEITOSA) objetivamente possa prejudicar a ordem pública, causar percalços à instrução criminal ou à ordem econômica, ou, ainda, lesionar a aplicação da lei penal, a concessão, em relação a eles de liberdade provisória é medida que se impõe, entretanto, condicionada ao cumprimento de algumas das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

DIANTE DO QUE FOI EXPOSTO:

[...]

b) CONCEDO liberdade provisória sem fiança à GABRIEL VIEIRA DA COSTA, CASSIO BISPO DA SILVA SANTOS e ANDERSON ANTÔNIO FERNANDES FEITOSA o que faço mediante as seguintes condições: a) proibição de frequentar lugares inapropriados (Casas de Jogatina - "Cassino", venda de local de entorpecentes "boca de fumo", Casas Noturnas "Boates", bares, e congêneres); b) comparecer em todos os atos quando intimado (inquérito policial ou instrução criminal); c) proibição de mudar de residência e/ou se ausentar da comarca por mais de 08 (oito) dias sem prévia e expressa autorização deste juízo, TUDO SOB PENA DE REVOGAÇÃO DA PRESENTE MEDIDA.

Superior Tribunal de Justiça

Em audiência de instrução e julgamento realizada no dia 29/5/2019, o Juízo singular, além de declarar a revelia do acusado, decretou a sua prisão preventiva em razão do descumprimento das medidas impostas anteriormente, nestes termos (fl. 79 – grifo nosso):

[...] **Compulsando os autos, vê-se que a decisão de fls. 90/93, ao conceder liberdade provisória aos acusados, condicionou-a a várias situações, dentre elas a manter atualizados os seus endereços, comparecer aos atos processuais e o comparecimento trimestral em Juízo.** A decisão é data de 11/12/2015, cumprida na mesma data. Posteriormente, foi estendida ao acusado Aislan com o acréscimo de obrigatoriedade de apresentar fotocópia de documentos pessoais e proibição de freqüentar determinados locais. **Conforme se vê nos autos nenhum dos réus cumpriu as condições impostas, inclusive os acusados Aislan e Cássio estavam presos durante suas citações. Não há qualquer comparecimento em Juízo e não foram acostados documentos pessoais.** Se não bastasse, para o cumprimento desta audiência o acusado Cássio não foi localizado nos endereços de contato. **Igualmente o acusado Gabriel não foi localizado pelo meirinho. Conforme consta na movimentação dos autos 222445, do Juízo da Vara Criminal de Primavera do Leste, a missiva de interrogatório foi devolvida sem cumprimento porque o réu não foi localizado.** Nesse sentir, declaro a revelia dos acusados Gabriel e Anderson, determinando a solicitação da devolução das missivas, inclusive a expedida as fls. 245, bem como as prisões processuais de Aislan Alef Vieira Neto, Anderson Antônio Fernandes Feitosa e Gabriel Vieira da Costa, em especial porque o acusado Aislan está preso por novo crime de tráfico de entorpecente, demonstrando assim que os réus estão descumprindo as imposições deste Juízo. Expeçam-se os devidos mandados de prisão.

[...]

O Tribunal de origem, por sua vez, afastou qualquer ilegalidade na custódia, sob a seguinte fundamentação (fls. 101/105 – grifo nosso):

À luz do noticiado, a decretação da prisão preventiva, devidamente fundamentada, não configura afronta ao princípio constitucional da presunção da inocência nem caracteriza cumprimento antecipado de pena, haja vista que a Constituição Federal prevê expressamente a possibilidade de prisão "por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente" - art. 5º, inc. LXI.

Muito embora, se entenda pela jurisprudência a possibilidade segregatória do paciente, pelo fato de que o beneficiário não foi pessoalmente localizado para ser intimado conforme termo lavrado por Oficial de Justiça, tenho que a medida comporta detida análise, senão vejamos o teor da certidão:

"CERTIFICO que, INTIMEI AISLAN ALEF VIEIRA NETO, (ENCONTRA-SE RECOLHIDO NO PRESIDIO DA MATA GRANDE) de todo inteiro teor, o qual bem ciente ficou, recebendo cópia do mandado, exarando sua assinatura. **CERTIFICO mais, que não foi possível INTIMAR GABRIEL VIEIRA DA COSTA, face não ter localizado o mesmo, sendo informado pela sua mãe Sra. Lindaura, que ele irá comparecer independente de intimação.**

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Nesta senda, o argumento utilizado pelo impetrante de que o paciente esteve pessoalmente no fórum, porém, por receio e/ou eventual temeridade do magistrado, declinou que por "segurança jurídica" o mesmo não adentrou ao recinto retornando para sua residência, não procede, caracterizando-se como ilações sem valia ao caso vertente.

Ademais, ressoa dos autos que o endereço constante apresentado no Id.8080083 afigura-se diferente do endereço apresentado nos Mandados de intimação do ID.8080085 - Fls. 14 e 33.

[...]

Neste diapasão, diante da análise das decisões objurgadas, não visualizo o constrangimento ilegal alegado, uma vez que fora prolatada em consonância com o esposado no já mencionado artigo 93, IX da Carta Magna.

No caso dos autos, verifica-se que a prisão cautelar foi adequadamente motivada, passamos agora para a aferição dos seus requisitos.

[...]

Neste entendimento, a medida cautelar, a preventiva, pressupõe a coexistência do *fumus comissi delicti* (fumaça da prática do delito) e do *periculum libertatis* (perigo da liberdade), que justifiquem o cárcere cautelar, consubstanciado, este último no risco provocado pela manutenção da liberdade do sujeito passivo da persecução penal, de modo a serem identificadas as hipóteses de decretação da preventiva, que, conforme lições de Nestor Távora, merecem interpretação restritiva.

In casu, verifica-se que a prisão preventiva tem fundamento legal, diante do incontroverso descumprimento de medida cautelar alternativa, anteriormente imposta, considerando que o réu não se apresentou em juízo. Com efeito, o art. 312, parágrafo único, do CPP é expresso a autorizar a prisão preventiva "em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º)".

Tais medidas devem ser impostas pelo magistrado reservando-se a prisão preventiva para hipótese em que tais cautelares se revelem insuficientes ou inadequadas, motivo pelo qual, fixadas as cautelares e havendo o caracterizado descumprimento da medida imposta conforme no presente caso, conduz a constatação inarredável de sua insuficiência, apta a se legitimar a prisão preventiva.

[...]

Cumpra assinalar, ainda, das informações prestadas em 12/6/2019 pela autoridade coatora, o seguinte trecho, em síntese (Id.8228006):

[...]

Ademais disso, importante consignar que após a incidência da presente ação penal, o acusado já incidiu em novas práticas delitivas, integrando o polo passivo do Inquérito Policial de código 663966, por crime contra o patrimônio, bem como responde a outra ação penal por crime de tráfico de drogas, registrada sob o código 685113.

[...]

Assim, inexistem, portanto, aspectos aptos a ensejarem qualquer alteração na manutenção da situação do paciente contido no édito prisional.

Como se vê, a decisão que decretou a prisão preventiva do acusado está devidamente motivada, uma vez que **descumpriu as medidas cautelares impostas quando da concessão da liberdade provisória, na contramão do que havia se**

Superior Tribunal de Justiça

comprometido, e deixou de comparecer em Juízo para a realização da audiência de instrução e julgamento, tornando-se revel, ou seja, fundamentação idônea e harmônica com o entendimento desta Casa sobre o tema.

Não é outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins à fl. 124.

Nesse sentido:

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que, por expressa autorização legal, é idônea a motivação da prisão preventiva ante o incontroverso descumprimento de medida cautelar alternativa anteriormente imposta (arts. 282, § 4º, e 312, parágrafo único, do CPP).

2. No caso, a custódia cautelar encontra-se devidamente motivada, pois o recorrente, mesmo ciente das medidas que lhe foram impostas para responder ao processo em liberdade, descumpriu-as - não comparecendo em juízo pra justificar suas atividades e transgredindo as restrições do monitoramento eletrônico -, além do que, ao ser intimado para justificar o não comparecimento, não foi encontrado, situação que legitima a prisão cautelar.

3. Recurso em *habeas corpus* improvido.

(RHC n. 106.883/MG, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 11/4/2019 – grifo nosso).

PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. LIBERDADE PROVISÓRIA. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Se houver prova da existência do crime e de indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. Ademais, em caso de descumprimento de outras medidas cautelares diversas da prisão, a constrição corporal prevista no dispositivo em referência poderá ser imposta.

3. No caso em apreço, o descumprimento injustificado de condição imposta ao gozo da liberdade provisória constitui motivação idônea para a sua revogação, mormente quando há reiterada inobservância das condições, não havendo, portanto, ilegalidade da prisão preventiva decretada, nos termos do art. 312, c/c o art. 282, § 4º, do CPP. Precedentes.

4. As tentativas frustradas da citação do paciente implica não atendimento das circunstâncias impostas e aceitas quando da concessão da liberdade provisória, circunstância a revelar risco à aplicação da lei penal, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

5. "Nos termos do § 4º do art. 282 do Código de Processo Penal não há necessidade de intimação do paciente para a conversão da medida cautelar em prisão preventiva, em caso de descumprimento injustificado daquela" (HC n. 255.621/AM, Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 18/3/2013).

5. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 491.139/MG, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 1º/4/2019 – grifo nosso).

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM SEDE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS NA LIBERDADE PROVISÓRIA. RÉU QUE PERMANECE FORAGIDO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. ***In casu*, a prisão preventiva tem fundamento legal, tendo em vista todas as circunstância do caso, no qual o paciente, após ter sido beneficiado com a concessão da liberdade provisória, descumpriu as medidas cautelares impostas, pois deixou de atualizar seu endereço, bem como de comparecer ao juízo, estando em local incerto e não sabido, o que ensejou a decretação da prisão preventiva. Ademais não há notícias do cumprimento do mandado de prisão, em razão de o acusado ainda não ter sido encontrado, estando os autos suspensos, na forma do art. 366, do CPP, o que também evidencia sua intenção de não se submeter à aplicação da lei penal.**

3. A presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, não impede a decretação da prisão preventiva quando presentes seus fundamentos legais.

4. Não há falar em desproporcionalidade entre o decreto prisional preventivo e eventual condenação, tendo em vista ser inadmissível, em *habeas corpus*, a antecipação da quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta tampouco do regime que será fixado.

5. Ordem denegada.

(HC n. 492.805/SC, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 8/4/2019 – grifo nosso).

Além disso, conforme noticiou o Juízo processante à Corte de origem, *após a incidência da presente ação penal, o acusado já incidiu em novas práticas delitivas, integrando o polo passivo do Inquérito Policial de código 663966, por crime contra o patrimônio, bem como responde a outra ação penal por crime de tráfico de drogas, registrada sob o código 685113 (fl. 104).*

E, conforme entendimento desta Corte, *o envolvimento em novos delitos*

Superior Tribunal de Justiça

durante a liberdade provisória constituem circunstâncias que também legitimam a prisão processual, com fundamento, igualmente, na garantia da ordem pública (RHC n. 113.156/MG, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 19/8/2019).

Por fim, destaca-se, oportunamente, que, consoante orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça, eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantir a revogação da prisão preventiva. Há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar do paciente, não se mostrando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Pelo exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator